

---

**ESCRITURA PARTICULAR DA PRIMEIRA EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES,  
NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA  
ADICIONAL REAL, EM SÉRIE ÚNICA, EM REGIME DE GARANTIA FIRME DE COLOCAÇÃO,  
PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE DISTRIBUIÇÃO, DA  
CONCESSIONÁRIA AUTO RAPOSO TAVARES S.A.**

**CELEBRADA ENTRE**

**CONCESSIONÁRIA AUTO RAPOSO TAVARES S.A. como Emissora;**

**E**

**SLW CORRETORA DE VALORES E CÂMBIO LTDA.  
como Agente Fiduciário, representando os Debenturistas**

**DATA  
10 DE JANEIRO DE 2011**

---

**ESCRITURA PARTICULAR DA PRIMEIRA EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA ADICIONAL REAL, EM SÉRIE ÚNICA, EM REGIME DE GARANTIA FIRME DE COLOCAÇÃO, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE DISTRIBUIÇÃO, DA CONCESSIONÁRIA AUTO RAPOSO TAVARES S.A.**

Pelo presente instrumento particular:

- (i) **CONCESSIONÁRIA AUTO RAPOSO TAVARES S.A.**, sociedade anônima de capital aberto, com sede na Cidade de Bauru, Estado de São Paulo, na Avenida Getúlio Vargas, nº 20-59, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.531.501/0001-58, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Companhia" ou "Emissora"); e
- (ii) **SLW CORRETORA DE VALORES E CÂMBIO LTDA.**, sociedade empresária limitada, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Dr. Renato Paes de Barros, 717, 6º e 10º andares inscrita no CNPJ/MF sob o nº 50.657.675/0001-86, neste ato representada na forma de seu Contrato Social ("Agente Fiduciário"), representando os debenturistas da 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional real, em série única, em regime de garantia firme de colocação, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição da Emissora ("Debenturistas"),

vêm por esta e na melhor forma de direito, firmar a presente "Escritura Particular da Primeira Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Real, em Série Única, em Regime de garantia firme de colocação, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da Concessionária Auto Raposo Tavares S.A." ("Escritura"), contendo as seguintes cláusulas e condições:

#### **CLÁUSULA I AUTORIZAÇÃO**

1.1. Esta Escritura é firmada com base na autorização da Assembleia Geral Extraordinária da Emissora ("AGE") realizada em 23 de dezembro de 2010, na qual foi deliberada a emissão das Debêntures, bem como as condições constantes do artigo 59 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A.").

#### **CLÁUSULA II REQUISITOS**

A primeira emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional real, em série única, da Emissora ("Debêntures"), sob

o regime de garantia firme de colocação, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 476, de 16 de janeiro de 2009 ("Instrução CVM 476/09"), nos termos desta Escritura ("Emissão" ou "Oferta"), será feita com a observância dos seguintes requisitos:

## **2.1. Arquivamento e Publicação da Deliberação Societária**

2.1.1. A ata de AGE que deliberou sobre a presente Emissão, realizada em 23 de dezembro de 2010, será registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP"), e será publicada no "Diário Oficial do Estado de São Paulo" ("DOESP") e no jornal "Valor Econômico" edição regional, em conformidade com o artigo 62, inciso I, da Lei das S.A.

2.1.2. Os atos societários que, eventualmente, venham a ser praticados após o registro da presente Escritura também serão arquivados na JUCESP e publicados pela Emissora no DOESP e no jornal "Valor Econômico" edição regional, conforme legislação em vigor.

## **2.2. Arquivamento da Escritura**

2.2.1. A Escritura e seus eventuais aditamentos deverão ser arquivados na JUCESP, de acordo com o disposto no inciso II do artigo 62 da Lei das S.A.

## **2.3. Dispensa de registro na Comissão de Valores Mobiliários**

2.3.1. A Emissão será realizada nos termos da Instrução CVM 476/09 estando, portanto, automaticamente dispensada do registro de distribuição pública perante a CVM.

## **2.4. Dispensa de registro na ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais**

2.4.1. A Emissão é automaticamente dispensada de registro na ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais, nos termos do parágrafo primeiro do artigo 25 do "Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários".

## **2.5. Registro para Distribuição nos Mercados Primário e Secundário**

2.5.1. As Debêntures da presente Emissão serão registradas para distribuição no mercado primário e para negociação no mercado secundário, através (i) do SDT - Módulo de Distribuição de Títulos ("SDT") e (ii) do SND – Módulo Nacional de Debêntures ("SND"), respectivamente, ambos administrados e operacionalizados pela CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos ("CETIP"), sendo a distribuição e negociação liquidadas e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

2.5.2. Não obstante o descrito na Cláusula 2.5.1 acima, as Debêntures somente poderão ser negociadas em mercados regulamentados de valores mobiliários, entre Investidores

Qualificados (conforme definido abaixo), depois de decorridos 90 (noventa) dias de sua subscrição ou aquisição pelo investidor.

### **CLÁUSULA III** **CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO**

As Debêntures desta Emissão terão as seguintes características e condições:

#### **3.1. Número da Emissão e Valor Total**

3.1.1. A presente Escritura representa a 1ª emissão pública de debêntures da Emissora. O valor total da Emissão será de R\$400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais), na Data de Emissão, conforme definida abaixo ("Valor da Oferta"), sendo o Valor da Oferta colocado sob o regime de garantia firme de colocação, com esforços restritos de distribuição, nos termos do "Contrato de Coordenação e Distribuição Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Real, em Série Única, em Regime de Garantia Firme de Colocação, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da Concessionária Auto Raposo Tavares S.A." celebrado entre a Emissora, o Banco Bradesco BBI S.A., na qualidade de coordenador líder e o HSBC Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., na qualidade de coordenador ("Contrato de Distribuição").

#### **3.2. Valor Nominal Unitário**

3.2.1. O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais) na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário").

#### **3.3. Quantidade de Debêntures e Número de Séries**

3.3.1. A Emissão será realizada em uma única série ("Série"). Serão emitidas 40 (quarenta) Debêntures.

3.3.2. Não haverá a emissão de debêntures adicionais ou lote suplementar.

#### **3.4. Forma e comprovação de titularidade**

3.4.1. As Debêntures serão emitidas sob a forma escritural, nominativa, sem a emissão de certificados representativos das Debêntures.

3.4.2. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato da conta de depósito emitido pelo Escriturador (conforme abaixo definido). Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures o extrato em nome do Debenturista, emitido pela CETIP, quando as Debêntures estiverem custodiadas eletronicamente no SND.

### **3.5. Conversibilidade**

3.5.1. As Debêntures não serão conversíveis em ações de emissão da Emissora.

### **3.6. Espécie**

3.6.1. As Debêntures serão da espécie quirografária, nos termos do art. 58 da Lei das Sociedades por Ações e contarão com garantia adicional real a ser constituída nos termos e prazos previstos na Cláusula 3.26 abaixo.

### **3.7. Preço de Subscrição**

3.7.1. As Debêntures serão subscritas no mercado primário por seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão até a data da efetiva integralização ("Preço de Subscrição").

### **3.8. Integralização**

3.8.1. A integralização das Debêntures será à vista, em moeda corrente nacional, na data de subscrição, pelo Preço de Subscrição.

### **3.9. Limite de Emissão**

3.9.1. A Emissão atende aos limites previstos no artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações, tendo em vista que o valor da Emissão é inferior ao capital social nominal da Emissora, que, nos termos do artigo 4º do seu Estatuto Social, é, na data de assinatura desta Escritura, de R\$512.000.000,00 (quinhentos e doze milhões de reais).

### **3.10. Data de Emissão**

3.10.1. Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será o dia 18 de janeiro de 2011 ("Data de Emissão").

### **3.11. Atualização Monetária.**

3.11.1. O Valor Nominal Unitário das Debêntures não será atualizado.

### **3.12. Prazo e Data de Vencimento**

3.12.1. O prazo de vencimento das Debêntures será de 24 (vinte e quatro) meses contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 18 de janeiro de 2013 ("Data de Vencimento"), data em que será devido o Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido do saldo da Remuneração, conforme definida abaixo, ainda pendente. O pagamento do Valor Nominal Unitário das Debêntures deverá ser realizado em uma única parcela, na Data de Vencimento.

### 3.13. Periodicidade de Pagamento do Valor Nominal Unitário das Debêntures

3.13.1. O Valor Nominal Unitário das Debêntures será devido na Data de Vencimento.

### 3.14. Remuneração.

3.14.1. As Debêntures farão jus a uma remuneração equivalente a 116,5% (cento e dezesseis inteiros e cinco décimos por cento) da variação das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros - DI de um dia, *over extra grupo*, expressas na forma percentual ao ano, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada diariamente pela CETIP no informativo diário disponível em sua página na internet (<http://www.cetip.com.br>) ("Taxa DI" e "Remuneração", respectivamente). A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa, *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário, desde a Data da Emissão, até a data de seu efetivo pagamento.

3.14.2. A Remuneração deverá ser calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = Vne \times (\text{Fator DI} - 1), \text{ onde:}$$

"J" corresponde ao valor unitário dos juros devidos no final de cada Período de Capitalização, conforme definido abaixo, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;

"Vne" corresponde ao valor nominal de emissão ou saldo do valor nominal da debênture, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

"Fator DI" corresponde ao produtório das Taxas DI com uso do percentual aplicado, da data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo exclusive, com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{Fator DI} = \prod_{k=1}^{n_{DI}} \left[ 1 + \left( TDI_k \times \frac{p}{100} \right) \right], \text{ onde:}$$

"k" corresponde ao número de ordem das Taxas DI, variando de 1 até  $n_{DI}$ ;

" $n_{DI}$ " corresponde ao número total de Taxas DI-Over consideradas no Período de Capitalização, sendo " $n_{DI}$ " um número inteiro;

"p" corresponde ao percentual aplicado sobre a taxa DI, informado com 2 (duas) casas decimais, equivalente a 116,5 (cento e dezesseis inteiros e cinco décimos);

" $TDI_k$ " corresponde à Taxa DI de ordem k, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurada da seguinte forma:

$$TDI_k = \left( \frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

“ $DI_k$ ” corresponde à Taxa DI, de ordem k, divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) dia útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

Observações:

- i) a Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo;
- ii) o fator resultante da expressão  $\left[ 1 + \left( TDI_k \times \frac{p}{100} \right) \right]$  é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais sem arredondamento;
- iii) efetua-se o produtório dos fatores diários  $\left[ 1 + \left( TDI_k \times \frac{p}{100} \right) \right]$ , sendo que, a cada fator diário acumulado, considera-se seu resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado; e
- iv) uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante “Fator DI” com 8 (oito) casa decimais, com arredondamento.

3.14.3. Observado o disposto na Cláusula 3.14.4 abaixo, no caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura, será utilizada, em sua substituição, para apuração de “ $TDI_k$ ”, a última Taxa DI divulgada oficialmente até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, multas ou penalidades, tanto por parte da Emissora, quanto pelos Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI.

3.14.4. Em caso de ausência da apuração e/ou divulgação da Taxa DI por mais de 10 (dez) dias consecutivos da data esperada para a sua divulgação ou, imediatamente, em caso de extinção ou de impossibilidade de aplicação da Taxa DI por imposição legal ou determinação judicial, a Taxa DI deverá ser substituída pelo substituto determinado legalmente para tanto. No caso de não haver substituto legal da Taxa DI, o Agente Fiduciário deverá, no prazo de até 2 (dois) dias úteis contados da data de término do prazo de qualquer um dos eventos previstos no início desta Cláusula 3.14.4, convocar Assembleia Geral de Debenturistas (“AGD”) para deliberar, de comum acordo com a Emissora, e observada a Decisão Conjunta BACEN/CVM n.º13, de 14 de março de 2003, e/ou regulamentação aplicável, o novo parâmetro de remuneração das Debêntures, parâmetro este que deverá preservar o valor real e os mesmos níveis da Remuneração (“Remuneração Substitutiva”). Até o momento da definição ou aplicação, conforme o caso,

do novo parâmetro de remuneração das Debêntures, quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura, será utilizada para apuração de "TDI<sub>k</sub>", a última Taxa DI divulgada oficialmente. Caso Debenturistas reunidos em AGD, representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação (conforme definido abaixo), não aprovem a Remuneração Substitutiva proposta pela Emissora, será aplicada automaticamente no lugar da Taxa DI, a taxa média dos financiamentos diários, com lastro em títulos federais, apurados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia – SELIC.

3.14.5. O pagamento da Remuneração será realizado semestralmente, a partir da Data de Emissão, sempre no dia 18 dos meses de janeiro e julho de cada ano, sendo o primeiro pagamento da Remuneração em 18 de julho de 2011 e o último pagamento na Data de Vencimento, ou seja, em 18 de janeiro de 2013 ("Datas de Pagamento da Remuneração").

3.14.6. O período de capitalização da Remuneração é o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou no dia seguinte ao vencimento da Remuneração imediatamente anterior, no caso dos demais períodos de capitalização e termina na data do próximo vencimento da Remuneração ("Período de Capitalização").

### **3.15. Repactuação**

3.15.1. As Debêntures não estarão sujeitas a repactuação.

### **3.16. Resgate Antecipado Facultativo Total e Amortização Extraordinária Facultativa**

3.16.1. A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, a partir da Data de Emissão, realizar o resgate antecipado total das Debêntures ou a amortização parcial das Debêntures ("Resgate Antecipado" e "Amortização Parcial", respectivamente), mediante o envio de comunicação escrita aos Debenturistas, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis, que deverá descrever os termos e condições do Resgate Antecipado ou da Amortização Parcial, conforme o caso.

3.16.2. A Amortização Parcial deverá abranger, proporcionalmente, todas as Debêntures em circulação e limitar-se ao máximo de 95% (noventa e cinco por cento) do saldo do Valor Nominal Unitário. Caso as Debêntures estejam custodiadas eletronicamente no SND, o evento seguirá os procedimentos da CETIP.

3.16.3. O valor a ser pago aos Debenturistas a título de Resgate Antecipado Total ou Amortização Parcial (o "Preço de Resgate Antecipado ou Amortização Parcial") será o Valor Nominal Unitário das Debêntures acrescido de (i) a Remuneração acumulada, desde a data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior, até a Data de Vencimento; e (ii) demais Encargos Moratórios, conforme definido abaixo, devidos e não pagos. O valor da Remuneração acumulada referida no item (i) acima será trazido a valor presente na Data de Resgate Antecipado ou Amortização Parcial, por meio de uma taxa de desconto equivalente à Taxa DI.



3.16.4. O pagamento do Preço de Resgate Antecipado ou Amortização Parcial deverá ser realizado de acordo com o disposto na Cláusula 3.18 abaixo.

3.16.5. Caso ocorra o Resgate Antecipado ou a Amortização Parcial, a CETIP deverá ser comunicada com, no mínimo, 2 (dois) dias úteis de antecedência.

3.16.6. As debêntures objeto de resgate antecipado serão canceladas pela Emissora.

### **3.17. Aquisição Facultativa**

3.17.1. A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir as Debêntures em Circulação, total ou parcialmente, respeitado o prazo do item 2.5.2 acima, conforme definido abaixo, por preço não superior ao saldo do seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração, calculado *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão, até a data do seu efetivo pagamento, observando o disposto no parágrafo 2º, do artigo 55, da Lei das S.A. e observadas as restrições impostas pela Instrução CVM 476/09.

3.17.2. As Debêntures objeto de tal aquisição poderão ser canceladas a qualquer momento, permanecer em tesouraria da Emissora, ou serem colocadas novamente no mercado, devendo, no primeiro caso, ser objeto de aditamento a esta Escritura.

3.17.3. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria, quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração das demais Debêntures.

### **3.18. Local de Pagamento**

3.18.1. Observado o previsto na Cláusula 3.20 desta Escritura, os pagamentos a que fizerem jus os Debenturistas serão efetuados pela Emissora no dia de seu respectivo vencimento, utilizando-se, conforme o caso: (i) os procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures custodiadas eletronicamente no SND; e/ou (ii) por meio do Escriturador (conforme abaixo definido) para as Debêntures que não estiverem registradas no SND.

### **3.19. Imunidade dos Debenturistas**

3.19.1. Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Escriturador (conforme abaixo definido), no prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis antes da data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária julgada apropriada pelo Escriturador (conforme abaixo definido), sob pena de ter descontados dos rendimentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

### **3.20. Prorrogação dos Prazos**

3.20.1. Considerar-se-ão automaticamente prorrogados até o primeiro dia útil subsequente, sem acréscimo de juros ou de qualquer outro encargo moratório aos valores a serem pagos, os prazos para pagamento de qualquer obrigação prevista ou decorrente da presente Escritura, quando a data de tais pagamentos coincidir com dia em que não haja expediente comercial ou bancário na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados por meio da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com sábado, domingo ou feriado nacional.

### **3.21. Encargos Moratórios**

3.21.1. Sem prejuízo da Remuneração das Debêntures, ocorrendo atraso imputável à Emissora no pagamento de qualquer quantia devida aos Debenturistas, os débitos em atraso, independente de qualquer aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, ficarão sujeitos à multa moratória de 2% (dois por cento) e juros de mora *pro rata temporis* de 1% (um por cento) ao mês, ambos incidentes sobre os valores em atraso desde a data de inadimplemento até a data do seu efetivo pagamento.

### **3.22. Mora do Debenturista**

3.22.1. O não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora nas datas previstas nesta Escritura, ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de qualquer rendimento, acréscimos ou encargos moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, assegurados, todavia, os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento da obrigação pecuniária.

### **3.23. Publicidade**

3.23.1. Todos os atos e decisões que vierem, de qualquer forma, a envolver os interesses dos Debenturistas serão obrigatoriamente comunicados, na forma de avisos, no jornal "Valor Econômico", bem como na página da Emissora na rede mundial de computadores – internet ([www.cart.invepar.com.br](http://www.cart.invepar.com.br)).

### **3.24. Destinação dos Recursos**

3.24.1. A totalidade dos recursos obtidos por meio da emissão das Debêntures será destinada ao pagamento do principal e dos juros relativos à 4ª emissão de notas promissórias da Emissora, no valor de R\$400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais), objeto de distribuição pública nos termos da Instrução CVM 476/09 ("Notas Promissórias").

### 3.25. Escriturador

3.25.1. O banco mandatário da Emissão e a instituição financeira responsável pela escrituração das Debêntures é o Banco Bradesco S.A. ("Escriturador").

### 3.26. Garantias

3.26.1. As Debêntures contarão com as seguintes garantias reais adicionais, sujeitas à Condição Suspensiva, conforme definido na Cláusula 3.26.2 abaixo:

(i) penhor sobre todas as ações que a Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A - INVEPAR ("Invepar") e a Construtora OAS Ltda. ("OAS", e em conjunto com a Invepar, as "Acionistas") atualmente, detêm no capital social da Emissora, representativas de 100% (cem por cento) do capital social da Companhia, exceto pelas 6 (seis) ações de titularidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia (as "Ações Empenhadas"), bem como sobre (a) todos os frutos, rendimentos e vantagens que forem atribuídos às Ações Empenhadas, a qualquer título, inclusive lucros, dividendos, juros sobre o capital próprio, direitos de subscrição de novas ações representativas do capital social da Emissora e todos os demais valores de qualquer outra forma distribuídos pela Companhia, bem como quaisquer bens em que as Ações Empenhadas sejam convertidas (inclusive quaisquer certificados de depósitos ou valores mobiliários); (b) quaisquer novas ações de emissão da Emissora que venham a ser subscritas ou adquiridas pelas Acionistas ou que, de qualquer outra forma, venham a se tornar de titularidade das Acionistas, bem como todos os direitos relacionados a tais novas ações; (c) todas as ações de emissão da Companhia que porventura, a partir desta data, sejam atribuídas às Acionistas, ou a seus eventuais sucessores legais ou qualquer novo acionista por meio de subscrição, por força de desmembramentos, grupamentos ou exercício de direito de preferência das Ações Empenhadas, distribuição de bonificações, conversão de debêntures de emissão da Companhia e de titularidade das Acionistas; e (d) todas as ações, valores mobiliários e demais direitos que porventura, a partir desta data, venham a substituir as Ações Empenhadas, em razão de cancelamento das mesmas, incorporação, fusão, cisão ou qualquer outra forma de reorganização societária envolvendo a Companhia, nos termos do Contrato de Penhor de Ações a ser celebrado entre a Emissora, o Agente Fiduciário, e a Instituição Financeira, conforme definida abaixo, substancialmente na forma da minuta anexa a esta Escritura como Anexo I ("Contrato de Penhor");

(ii) pela cessão fiduciária de todos os direitos da Emissora emergentes do Termo de Contrato de Concessão nº 002/ARTESP/2009 ("Contrato de Concessão"), celebrado entre a Emissora e o Estado de São Paulo, por intermédio da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo ("ARTESP" ou "Poder Concedente"), relativo ao Edital nº 004/2008 da Concorrência Pública Internacional da ARTESP ("Edital"), inclusive, sem limitação, os direitos relativos a eventuais indenizações a serem pagas pelo Poder Concedente em decorrência da extinção, caducidade, encampação, ou revogação da concessão objeto do Contrato de Concessão e todos os direitos de crédito da Emissora presentes e futuros decorrentes da prestação dos serviços de exploração, operação, conservação e construção da malha rodoviária estadual do Corredor Raposo Tavares, nos termos do Contrato de Concessão.



incluindo, sem limitação, as receitas de pedágio e todas e quaisquer indenizações a serem recebidas nos termos das garantias e apólices de seguro contratadas nos termos do Contrato de Concessão (os "Direitos Creditórios"), os quais deverão ser depositados na Conta Vinculada, conforme definida abaixo; e

(iii) pela cessão fiduciária de todos os direitos creditórios da Emissora sobre todos os valores a serem depositados e mantidos na conta corrente nº 3093-7, agência nº 2373 ("Conta Vinculada"), de titularidade da Emissora e mantida junto ao Banco Bradesco (237), na qualidade de banco depositário e arrecadador ("Banco Depositário e Arrecadador"), a qual será movimentada exclusivamente nos termos do Contrato de Administração de Contas (o "Contrato de Administração de Contas"), a ser celebrado entre a Emissora e o Banco Depositário e Arrecadador e, como Intervenientes Anuentes, a Instituição Financeira e o Agente Fiduciário, substancialmente na forma da minuta anexa a esta Escritura como **Anexo II**. A Conta Vinculada passará a receber os depósitos dos Direitos Creditórios, conforme mencionado acima, mediante a formalização e aperfeiçoamento da cessão fiduciária dos Direitos Creditórios, conforme previsto no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, a ser celebrado entre a Emissora, o Agente Fiduciário, a Instituição Financeira, conforme definida abaixo, e o Banco Depositário e Arrecadador, substancialmente na forma da minuta anexa a esta Escritura como **Anexo III** ("Contrato de Cessão Fiduciária") e, em conjunto com o Contrato de Penhor e o Contrato de Administração de Contas, os "Contratos de Garantia").

3.26.2. A formalização e constituição das garantias a serem criadas pelo Contrato de Cessão Fiduciária e pelo Contrato de Penhor nos termos da Cláusula 3.26.1 acima (as "Garantias") estão condicionadas ao quanto segue, como condição suspensiva para sua validade e eficácia (a "Condição Suspensiva"):

(i) a celebração do Contrato de Financiamento, conforme definido abaixo, dos Contratos de Garantia e do Contrato de Compartilhamento de Garantias, conforme definido abaixo, pelas respectivas partes a esses documentos;

(ii) como condição exclusivamente à constituição da cessão fiduciária sobre os Direitos Creditórios, a prévia liberação da cessão fiduciária da parcela dos Direitos Creditórios decorrentes da prestação dos serviços de exploração, operação, conservação e construção da malha rodoviária estadual do Corredor Raposo Tavares, nos termos do Contrato de Concessão, constituída em favor das Notas Promissórias, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, celebrado entre a Emissora e a Oliveira Trust Servicer S.A., como Agente de Notas em 27 de agosto de 2010, a ser comprovada mediante apresentação, ao Agente Fiduciário e à Instituição Financeira, de declaração de quitação encaminhada pelo representante dos detentores das Notas Promissórias devidamente registrada no Cartório de Títulos e Documentos;

(iii) a aprovação da ARTESP, nos termos dos itens 18.1.1(e) e 18.4.1 do Edital, em relação à cessão fiduciária dos Direitos Creditórios e ao penhor das Ações Empenhadas;

(iv) a comprovação de registro do Contrato de Financiamento, nos Cartórios de

Registro de Títulos e Documentos localizados nas Cidades de Bauru, Estado de São Paulo, e na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro;

(iv) a comprovação de registro dos Contratos de Garantia e do Contrato de Compartilhamento de Garantias nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos localizados na Cidade de Bauru, Estado de São Paulo, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro e na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo; e

(v) a averbação do penhor sobre as Ações Empenhadas nos livros do Banco Itaú S.A., na qualidade de escriturador das Ações Empenhadas, o qual será anotado nos extratos da conta de depósito fornecidos aos acionistas, nos termos do Contrato de Penhor.

3.26.2.1. A celebração do Contrato de Financiamento, dos Contratos de Garantia e do Contrato de Compartilhamento de Garantias e a comprovação dos demais eventos relacionados acima, necessários à plena eficácia dos Contratos de Garantia, deverá ocorrer em até 15 (quinze) dias úteis contados da data de integralização das Debêntures. Mediante a ocorrência dos eventos relacionados acima, e consequente satisfação da Condição Suspensiva, as Garantias passarão a ser válidas e eficazes.

3.26.3. As Garantias das Debêntures serão compartilhadas, de forma "*pari passu*" e sem ordem de preferência de recebimento no caso de excussão, entre (i) os titulares das Debêntures, e (ii) o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES ("BNDES" ou "Instituição Financeira"), na qualidade de credor do contrato de financiamento de longo prazo, a ser celebrado com a Emissora, no valor de R\$1.052.242.597,21 (um bilhão, cinquenta e dois milhões, duzentos e quarenta e dois mil, quinhentos e noventa e sete reais e vinte e um centavos) ("Contrato de Financiamento").

3.26.3.1. Além das Garantias compartilhadas com as Debêntures, o Contrato de Financiamento terá como garantia adicional a participação da Invepar como devedora solidária das obrigações assumidas pela Companhia. A Invepar não é devedora solidária das obrigações decorrentes das Debêntures e a participação da Invepar como devedora solidária no Contrato de Financiamento não é parte das Garantias que serão compartilhadas entre os titulares das Debêntures e a Instituição Financeira.

3.26.4. O Agente Fiduciário fica desde já autorizado e constituído de todos os poderes, de forma irrevogável e irretratável, para, em nome da Emissora, como seu bastante procurador, promover a averbação dos Contratos de Garantia, caso a Emissora não o faça, nos termos dispostos nos artigos 653, 684 e parágrafo 1º do artigo 661 do Código Civil.

3.26.5. Em caso de excussão das Garantias, serão adotadas as medidas previstas no Contrato de Cessão Fiduciária, no Contrato de Penhor e no Contrato de Compartilhamento de Garantias e Outras Avenças, a ser celebrado entre o Agente Fiduciário e a Instituição Financeira, substancialmente na forma da minuta anexa a esta Escritura como Anexo V ("Contrato de Compartilhamento de Garantias").

### 3.27. Colocação das Debêntures

3.27.1. Observado o disposto na Cláusula 3.1.1 acima, as Debêntures serão objeto de distribuição pública, sob o regime de garantia firme de colocação com esforços restritos de distribuição.

3.27.2. O plano de distribuição pública seguirá o procedimento descrito na Instrução CVM 476/09 ("Plano de Distribuição"). Para tanto, os Coordenadores poderão acessar até no máximo 50 (cinquenta) investidores qualificados (abaixo definido), sendo possível a subscrição ou aquisição por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados, assim definidos no art. 4º da Instrução CVM 476/09 e art. 109 da Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada ("Investidores Qualificados").

3.27.3. Não será (i) constituído fundo de sustentação de liquidez; (ii) firmado contrato de garantia de liquidez para as Debêntures, e (iii) firmado contrato de estabilização de preço das Debêntures.

3.27.4. Não haverá preferência para subscrição das Debêntures pelos atuais acionistas da Emissora.

### CLÁUSULA IV VENCIMENTO ANTECIPADO

4.1 Respeitado o disposto nas Cláusulas 4.4 e 4.5, as obrigações da Emissora previstas nesta Escritura serão declaradas antecipadamente vencidas e imediatamente exigíveis, na ocorrência dos eventos estabelecidos abaixo (denominados, após os prazos de cura os "Eventos de Inadimplemento"):

- (a) inadimplemento, pela Emissora, de qualquer obrigação pecuniária relacionada à Remuneração e ao pagamento do principal das Debêntures, nos termos desta Escritura, não sanada dentro do prazo de 3 (três) dias úteis contados da data da notificação do inadimplemento;
- (b) inadimplemento, pela Emissora, de qualquer obrigação pecuniária estabelecida na presente Escritura que não aquelas referidas no item "a" acima, não sanada dentro do prazo de 7 (sete) dias úteis contados da data da notificação do inadimplemento;
- (c) inadimplemento pela Emissora de qualquer obrigação não pecuniária prevista na presente Escritura, no Contrato de Financiamento ou nos Contratos de Garantia, se não sanada no prazo de 10 (dez) dias úteis, exceto nos casos com prazo específico para cumprimento, contados da data do recebimento pela Emissora da notificação de inadimplemento a ser enviada pelo Agente Fiduciário, quando aplicável;

- (d) caso as declarações e garantias prestadas pela Emissora nesta Escritura, nos Contratos de Garantia ou em qualquer outro documento relativo à Emissão, provarem-se falsas, materialmente incorretas ou enganosas;
- (e) não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão das autorizações, concessões, subvenções, alvarás ou licenças, inclusive as ambientais, relevantes para o regular exercício das atividades desenvolvidas pela Emissora que: (i) acarretem o início, pelo Poder Concedente, de procedimento administrativo visando a rescisão, término, término antecipado, perda, intervenção pelo Poder Concedente, encampação, caducidade ou anulação do Contrato de Concessão; (ii) afetem de forma significativa o regular exercício das atividades desenvolvidas pela Emissora; ou (iii) que impliquem interrupção ou suspensão total ou de parte relevante da operação da malha rodoviária estadual do Corredor Raposo Tavares, sem que a Emissora consiga reverter ou obter medida liminar preservando seus direitos, no prazo de 90 (noventa) dias com relação aos itens (i) a (iii) desta alínea "d";
- (f) a decretação de intervenção pela ARTESP, tendo por objeto o término do Contrato de Concessão, desde que tal evento não tenha seus efeitos suspensos ou seja revertido em um prazo de 90 (noventa) dias a contar do recebimento da notificação pela Emissora da ocorrência do referido evento de inadimplemento;
- (g) se a Emissora alienar ou onerar, direta ou indiretamente, total ou parcialmente, quaisquer equipamentos ou outros bens de seu ativo sem a anuência expressa dos Debenturistas, excetuando-se (i) alienações ou onerações no curso ordinário dos negócios (incluindo, mas não se limitando a, operações na modalidade "leasing operacional"), em valor individual ou agregado em cada exercício social da Emissora, não superior a R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais); (ii) alienações ou onerações decorrentes de leis, medidas judiciais ou administrativas; (iii) alienações ou onerações com a finalidade de atender exigências previstas no Contrato de Concessão; e (iv) as Garantias que serão prestadas no âmbito desta Emissão, nos termos dos Contratos de Garantia;
- (h) cisão, fusão ou incorporação da Emissora por outra companhia ou qualquer forma de reorganização societária, sem a prévia anuência dos Debenturistas, exceto se tal cisão, fusão ou incorporação se der dentro do mesmo grupo econômico da Emissora e desde que a Invepar permaneça como seu acionista controlador, seja direta ou indiretamente, as quais ficam desde já aprovadas pelos Debenturistas;
- (i) se houver qualquer transferência do controle societário da Emissora inclusive por meio de reorganização societária, em ambos os casos sem anuência prévia e expressa dos Debenturistas. Excetua-se, contudo, qualquer transferência do controle da Emissora, na qual a sociedade(s) sucessora(s) seja(m) controlada(s) direta ou indiretamente pela Invepar;
- (j) se houver qualquer alienação de participação societária da Invepar na Emissora, sem a anuência prévia e expressa dos Debenturistas, pela qual a Invepar deixe de

ser o acionista controlador, conforme definido no art. 116 da Lei das S.A., da Emissora;

- (k) protesto de título(s) de responsabilidade ou co-obrigação da Emissora, cujo valor individual ou agregado seja igual ou superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), cuja devida e tempestiva comprovação de sustação, cancelamento, suspensão dos efeitos ou pagamento não for apresentada ao Agente Fiduciário no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar do recebimento da notificação do protesto;
- (l) não pagamento pela Emissora, no prazo indicado na referida decisão, de valor devido em decorrência de decisão judicial transitada em julgado ou sentença arbitral definitiva, em montante superior, individual ou agregado, a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais);
- (m) se qualquer documento da Emissão, incluindo-se, mas não se limitando aos Contratos de Garantia, ou qualquer uma de suas disposições substanciais forem revogados, rescindidos, se tornarem nulos, de forma a subtrair a validade ou eficácia da Emissão, e tal efeito não for sanado no prazo de 15 (quinze) dias úteis contado do recebimento pela Emissora de notificação de inadimplemento, em cada caso, de forma que afetem de maneira adversa a capacidade da Emissora de cumprir com as respectivas obrigações ligadas à Emissão;
- (n) se a Emissora (i) solicitar moratória, (ii) solicitar suspensão geral do pagamento, (iii) tornar-se insolvente, requerer recuperação judicial, extrajudicial ou falência; ou (iv) tiver sua falência decretada e/ou requerida por qualquer terceiro, desde que nesta última hipótese, referido requerimento não seja sanado no prazo judicial aplicável;
- (o) se a Emissora solicitar a reestruturação de parte substancial de suas dívidas que venha a afetar adversamente e de forma substancial a capacidade da Emissora de cumprir as obrigações previstas nesta Escritura;
- (p) caso a Emissora vier a cessar suas atividades empresariais, a adotar medidas societárias voltadas à sua liquidação ou dissolução ou realizar transformação em sociedade limitada;
- (q) caso, nos termos e prazo estabelecidos na Cláusula 3.26.2.1 acima, (A) os Contratos de Garantia e o Contrato de Compartilhamento não sejam devidamente celebrados pelas respectivas partes na forma dos Anexos I a IV desta Escritura; (B) os Contratos de Garantia e de Compartilhamento não estejam devidamente registrados; (C) a concessão das Garantias previstas na Cláusula 3.26 desta Escritura não estejam devidamente autorizadas pela ARTESP;
- (r) não observância pela Emissora (i) de índice de Patrimônio Líquido/Ativo Total (o "Índice de PL/Ativo") mínimo de 20% (vinte por cento), a ser apurado anualmente, em até 10 (dez) dias corridos após a divulgação à CVM das respectivas demonstrações financeiras da Emissora, com base nas demonstrações financeiras



auditas da Emissora, observado que em caso de descumprimento do Índice do PL/Ativo só poderá ser declarado o vencimento antecipado das Debêntures no caso de descumprimento do disposto na Cláusula 4.3 abaixo; e (ii) do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida ("ICSD") mínimo de 1,20 (um inteiro e vinte centésimos), a ser apurado anualmente, e calculado de acordo com a fórmula abaixo, com base nas demonstrações financeiras auditadas da Emissora, em até 10 (dez) dias corridos após a divulgação à CVM das respectivas demonstrações financeiras da Emissora, observado que em caso de descumprimento do ICSD só poderá ser declarado o vencimento antecipado das Debêntures no caso de descumprimento do disposto na Cláusula 4.2 abaixo:

**ICSD** = EBITDA ajustado/(Amortizações + Juros das dívidas financeiras de curto e longo prazos).

**EBITDA ajustado** = resultado operacional antes do pagamento de juros e impostos, acrescido da depreciação e amortização e da receita (despesa) financeira, subtraído: impostos (Imposto de Renda – IR e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL), variação do capital de giro e a parcela da geração de caixa relativa a investimento (investimento total – financiamentos – aportes de capital). O EBITDA ajustado anual deve ser calculado considerando os últimos 12 (doze) meses e deverá ser adicionado ao saldo de caixa operacional e de aplicações financeiras apurado no final do período imediatamente anterior.

- (s) pagamento de dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outra participação no lucro, ou qualquer outra forma de distribuição de recursos a seus acionistas, empresas controladoras (ou grupo de controle) ou coligadas à Emissora, ou financiamentos pela Emissora, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das S.A., inclusive o pagamento de juros sobre capital próprio imputáveis ao pagamento de dividendo mínimo;
- (t) caso as Garantias previstas na Cláusula 3.26 desta Escritura (i) sejam objeto de questionamento judicial pela Emissora, pela Invepar ou por terceiros que afete o cumprimento de quaisquer obrigações previstas nas Debêntures e/ou nos Contratos de Garantia, e tal questionamento não seja revertido no prazo de 20 (vinte) dias úteis da sua ocorrência; (ii) sejam anuladas ou tenham seu efeito suspenso judicialmente e tal suspensão não seja elidida no prazo de 20 (vinte) dias úteis da sua ocorrência; ou (iii) de qualquer forma, deixarem de existir ou forem rescindidas e tal rescisão não seja revertida no prazo de 20 (vinte) dias úteis da sua ocorrência;
- (u) o não pagamento na data de vencimento de quaisquer obrigações financeiras da Emissora, no mercado local ou internacional, em valor, individual ou agregado, superior a R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais), excetuando-se os pagamentos devidos nos termos do Contrato de Financiamento;

- (v) redução de capital da Emissora sem o consentimento prévio por escrito dos Debenturistas; e
- (w) vencimento antecipado do Contrato de Financiamento.

4.2 Caso o ICSD apurado em qualquer ano não atinja o mínimo de 1,20 (um inteiro e vinte centésimos), a Emissora deverá apresentar, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos do prazo estipulado para aferição do ICSD, comunicação ao Agente Fiduciário de que implementará uma das seguintes medidas para que a Emissora recupere o ICSD a mínimo de 1,20 (um inteiro e vinte centésimos) (a “Comunicação de Medidas do ICSD”): (i) realização de aporte de capital na Emissora pelas Acionistas; (ii) redução dos custos operacionais da Emissora; e/ou (iii) ingresso de recursos de terceiros na Emissora. Uma vez apresentada a Comunicação de Medidas do ICSD, a Emissora deverá implementar as medidas descritas na Comunicação de Medidas do ICSD de modo a restabelecer o ICSD mínimo de 1,20 (um inteiro e vinte centésimos) em até 30 (trinta) dias contados da data de verificação de seu descumprimento. Caso a Emissora não apresente a Comunicação de Medidas do ICSD ou, uma vez apresentada a Comunicação de Medidas do ICSD não restabeleça o ICSD mínimo de 1,20 (um inteiro e vinte centésimos) no prazo estipulado acima, será declarado o vencimento antecipado das Debêntures, observado o disposto na Cláusula 4.5.

4.3 Caso o Índice de PL/Ativo apurado em qualquer ano não atinja o mínimo de 20% (vinte por cento), a Emissora deverá apresentar, no prazo de até 30 (quinze) dias corridos do prazo estipulado para aferição do Índice de PL/Ativo, comunicação ao Agente Fiduciário de que tomará as medidas necessárias para o reestabelecimento do Índice de PL/Ativo, seja por meio da efetivação de aporte de recursos na Emissora, de aumento de capital, de adiantamento para futuro aumento de capital ou de qualquer outro ato que garanta o reestabelecimento do referido índice (a “Comunicação de Medidas do Índice de PL/Ativo”). Uma vez apresentada a Comunicação de de Medidas do Índice de PL/Ativo, a Emissora deverá implementar as medidas descritas na Comunicação de Medidas do Índice de PL/Ativo de modo a restabelecer o Índice de PL/Ativo mínimo de 20% (vinte por cento) em até 30 (trinta) corridos dias contados da data de verificação de seu descumprimento. Caso a Emissora não apresente a Comunicação de de Medidas do Índice de PL/Ativo ou, uma vez apresentada não restabeleça o Índice de PL/Ativo mínimo de 20% (vinte por cento) no prazo estipulado acima, será declarado o vencimento antecipado das Debêntures, observado o disposto na Cláusula 4.5.

4.4 A ocorrência de quaisquer dos Eventos de Inadimplemento indicados nas alíneas “a”, “b”, “c”, “f”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “n”, “p”, “q”, “s” e “w” da Cláusula 4.1. acima, desde que não remediados nos respectivos prazos de cura, quando aplicável, acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures sendo que o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o pagamento do que for devido, inclusive conforme a excussão das Garantias, uma vez observado o Contrato de Compartilhamento de Garantias, o Contrato de Penhor e o Contrato de Cessão Fiduciária.

4.5 Na ocorrência de quaisquer dos Eventos de Inadimplemento indicados nas alíneas "c", "d", "g", "m", "o", "r", "t", "u" e "v" da Cláusula 4.1 acima, desde que não remediados nos respectivos prazos de cura, quando aplicável, o Agente Fiduciário deverá convocar, em até 3 (três) dias úteis contados da data em que tomar conhecimento do Evento de Inadimplemento, uma AGD para deliberar sobre a não declaração do vencimento antecipado das Debêntures. A AGD a que se refere esta Cláusula deverá ser realizada no prazo de 15 (quinze) dias corridos, a contar da data da primeira convocação, ou no prazo de 8 (oito) dias corridos, a contar da data da segunda convocação, se aplicável.

4.6 Na AGD mencionada na Cláusula 4.5 acima, que será instalada de acordo com os procedimentos e quorum previstos na Cláusula 7.2.2 desta Escritura, os titulares das Debêntures poderão optar, por deliberação de titulares que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, por não declarar antecipadamente vencidas as Debêntures, optando por não executar as Garantias.

4.7 Não será declarado o vencimento antecipado das Debêntures em decorrência da não instalação da AGD em primeira convocação. Somente na hipótese de: (i) instalação da AGD mencionada na Cláusula 4.5 acima em primeira convocação, conforme previsto na Cláusula 7.2.2 desta Escritura, e de não aprovação do exercício da faculdade prevista na Cláusula 4.6 acima por titulares que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação; ou (ii) não instalação da AGD mencionada na Cláusula 4.5 acima em segunda convocação; ou (iii) instalação da AGD mencionada na Cláusula 4.5 acima em segunda convocação e de não aprovação do exercício da faculdade prevista na Cláusula 4.6 acima, por titulares que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures e exigir o pagamento do que for devido.

4.8 Em caso de declaração do vencimento antecipado das Debêntures, a Emissora obriga-se a efetuar o pagamento do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão ou da data do pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento do valor devido, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura, em até 5 (cinco) dias úteis contados do recebimento, pela Emissora, de comunicação por escrito a ser enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora por meio de carta protocolizada no endereço constante da Cláusula 9.2 desta Escritura, ou por aviso de recebimento, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos encargos moratórios previstos na Cláusula 3.21 acima. Caso o pagamento referente ao vencimento antecipado aconteça através da CETIP, a mesma deverá ser comunicada com, no mínimo, 2 (dois) dias úteis de antecedência.

#### **CLÁUSULA V** **COMPROMISSOS DA EMISSORA E** **OBRIGAÇÕES ADICIONAIS**

5.1 Até a amortização total do saldo devedor das Debêntures, a Emissora obriga-se a:

- (a) utilizar os recursos oriundos da Emissão conforme descrito nesta Escritura;
- (b) notificar o Agente Fiduciário sobre qualquer mudança relevante na natureza ou escopo dos negócios e operações da Emissora, ou sobre qualquer evento ou fato, que no entendimento da Emissora afete ou que possa afetar adversamente, de forma significativa, a condição financeira da Emissora ou sua capacidade de cumprir suas obrigações nos termos desta Escritura, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados a partir da data em que a Emissora tomar conhecimento da respectiva mudança ou evento;
- (c) notificar o Agente Fiduciário em até 5 (cinco) dias úteis contados da data em que tomar conhecimento de qualquer decisão judicial, administrativa e arbitral definitiva que implique em condenação da Emissora à obrigação cujo cumprimento implique dispêndio igual ou superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais); e fornecer ao Agente Fiduciário, sempre que por ele solicitado, informações acerca do andamento atualizado dos processos judiciais, administrativos e procedimentos arbitrais dos quais a Emissora figure como parte;
- (d) notificar o Agente Fiduciário imediatamente após tomar conhecimento sobre a ocorrência de quaisquer descumprimentos de obrigações que impliquem vencimento antecipado das obrigações desta Escritura, conforme previsto na Cláusula IV acima;
- (e) fornecer ao Agente Fiduciário cópia de qualquer comunicação enviada pelo Poder Concedente à Emissora relativa a uma possível causa de término, vencimento antecipado ou rescisão, ou resolução do Contrato de Concessão, no prazo de até 1 (um) dia útil contado a partir da data do recebimento pela Emissora da referida comunicação;
- (f) manter vigentes as apólices de seguro contratadas em decorrência de disposição expressa no Contrato de Concessão, informando ao Agente Fiduciário as renovações e/ou alterações que eventualmente ocorram nas referidas apólices;
- (g) encaminhar ao Agente Fiduciário:
  - (i) informações razoáveis sobre a Emissora e seus ativos que o Agente Fiduciário justificadamente requerer, desde que tais informações sejam necessárias à defesa dos direitos dos Debenturistas e ressalvadas as informações de natureza estratégica e/ou confidencial para a Emissora;
  - (ii) dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, ou até 10 (dez) dias após as datas de suas respectivas divulgações, o que ocorrer primeiro, (a) cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao respectivo exercício social acompanhada do relatório da administração e do parecer de auditoria, e (b) relatório anual demonstrando a apuração dos índices financeiros previstos na Cláusula 4.1. "r" acima, explicitando as rubricas

necessárias à sua apuração ("Relatório Anual") e sua respectiva memória de cálculo;

(iii) dentro de, no máximo, 45 (quarenta e cinco) dias após o término de cada trimestre, ou até 10 (dez) dias após as datas de suas respectivas divulgações, o que ocorrer primeiro, (a) cópia de suas informações trimestrais relativas aos respectivos trimestres, quando for o caso, acompanhadas do relatório da administração e do parecer de auditoria ou relatório de revisão especial dos auditores independentes

(iv) cópia de qualquer correspondência ou notificação judicial ou extrajudicial recebida pela Emissora relacionada a um evento de inadimplemento que envolva obrigações de pagamento pela Emissora de valores iguais ou superiores à R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais), dentro de 5 (cinco) dias úteis após o seu recebimento;

(v) dentro de 10 (dez) dias úteis, qualquer informação que, razoavelmente, venha a ser solicitada por escrito pelo Agente Fiduciário, e que seja necessária para que este possa cumprir as suas obrigações nos termos desta Escritura;

(vi) cópia do formulário de referência, elaborado nos termos da Instrução CVM nº 480, de 6 de dezembro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 480"), ou normativo que venha a substituí-la, com a mesma periodicidade prevista para o envio dessas informações à CVM ("Formulário de Referência");

(vii) em até 1 (um) dia útil, as informações veiculadas na forma prevista na Cláusula 3.23, acima;

(viii) avisos aos titulares de Debêntures, fatos relevantes, assim como atas de assembleias gerais e reuniões do conselho de administração da Emissora que, de alguma forma, envolvam interesse dos titulares de Debêntures, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data em que forem publicados (ou deveriam ter sido publicados) ou, se não forem publicados, da data em que forem realizados;

(ix) informações sobre qualquer descumprimento não sanado, de natureza pecuniária ou não, de quaisquer cláusulas, termos ou condições desta Escritura, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data do conhecimento descumprimento;

- (h) convocar as AGDs, conforme o caso, para deliberar sobre qualquer das matérias que se relacionem direta ou indiretamente com a presente Emissão, caso o Agente Fiduciário não o faça;
- (i) cumprir as determinações emanadas da CVM, entregando os documentos solicitados e prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas por aquela autarquia, ou pela CETIP;
- (j) (i) preparar suas demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for

o caso, suas demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei das S.A., (ii) divulgar tais demonstrações acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social, e (iii) manter tais documentos em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 3 (três) anos, nos termos da Instrução CVM 476/09;

- (k) não constituir, em favor de terceiros, garantias sobre os Direitos Creditórios, com exceção da cessão fiduciária em garantia compartilhada com o BNDES nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária;
- (l) não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor, bem como os termos desta Escritura;
- (m) manter sempre válidas e em vigor as licenças e autorizações relevantes para a boa condução dos negócios da Emissora;
- (n) uma vez formalizadas e constituídas, manter sempre válidas e exigíveis as Garantias desta Emissão;
- (o) cumprir, em todos os aspectos relevantes, as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, vigentes e aplicáveis à condução de seus negócios, exceto aquelas leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, que estejam sendo contestados judicialmente ou administrativamente, de boa-fé, pela Companhia;
- (p) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, e permitir que representantes do Agente Fiduciário (ou de auditor independente por este contratado) tenham acesso, em data e em horário comercial previamente acordados com a Emissora, a qual não poderá exceder a 2 (dois) dias úteis contados de solicitação do Agente Fiduciário: (i) a todo e qualquer relatório do auditor independente entregue à Emissora referente às suas demonstrações financeiras; e (ii) aos livros e aos demais registros contábeis da Emissora, quando deliberado pela AGD;
- (q) manter em adequado funcionamento um departamento para atender, de forma eficiente, os Debenturistas, podendo utilizar, para esse fim, a estrutura e os órgãos destinados ao atendimento de seus acionistas, ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço;
- (r) notificar o Agente Fiduciário e a CETIP, sobre qualquer ato ou fato, que tenha conhecimento, que possa causar interrupção ou suspensão das atividades da Emissora, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos após a ocorrência do

evento;

- (s) obter, observar os termos de, e praticar todos os atos necessários para manter em pleno vigor todas as autorizações, aprovações, licenças e consentimentos relevantes exigidos nos termos da legislação e regulamentação brasileiras para o regular exercício das atividades desenvolvidas pela Emissora e implementação da Concessão na fase em que se encontrar, e necessárias para permitir o cumprimento, pela Emissora, das obrigações previstas na presente Escritura, ou para assegurar a legalidade, validade e exequibilidade dessas obrigações;
- (t) manter válidas e regulares as licenças ambientais relevantes pertinentes às suas atividades e à implementação da Concessão na fase em que se encontrar, ou comprovar que a obtenção de referidas licenças encontram-se em regular tramitação perante as autoridades competentes, bem como cumprir todas as exigências técnicas nelas estabelecidas, exceto no que se referir a licenças cuja falta, perda, revogação ou cancelamento não possa resultar em impacto adverso relevante para as atividades da Emissora ou para a sua capacidade em honrar as obrigações relativas às Debêntures;
- (u) manter em dia o pagamento de todos os tributos devidos às Fazendas Federal, Estadual ou Municipal, exceto com relação àqueles pagamentos que estejam sendo questionados pela Emissora na esfera judicial ou administrativa;
- (v) contratar e manter contratado, às suas exclusivas expensas, durante todo o prazo de vigência das Debêntures: (i) Escriturador; (ii) Agente Fiduciário; e (iii) os sistemas de negociação das Debêntures no mercado secundário (SND);
- (w) efetuar o pagamento de todas as despesas razoáveis previamente aprovadas pela Emissora e devidamente comprovadas pelo Agente Fiduciário que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, inclusive, honorários advocatícios e outras despesas e custos razoáveis incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos Debenturistas, nos termos desta Escritura;
- (x) comunicar ao Agente Fiduciário qualquer ocorrência que importe em modificação da utilização dos recursos, conforme previsto na Cláusula 3.24.1 acima;
- (y) enviar à CETIP, na data da primeira publicação de convocação de AGD, cópia do respectivo edital de convocação e da proposta a ser submetida à AGD;
- (z) contratar e manter contratada, enquanto as Debêntures não forem integralmente quitadas ou resgatadas, empresa de consultoria independente e de boa reputação e/ou bancos de investimento, ambos de primeira linha, nos termos do Contrato de Penhor, para realização do laudo de avaliação das Ações Empenhadas, que deverão ser entregues ao Agente Fiduciário até dia 31 de março de cada ano;
- (aa) adotar todas as providências necessárias e comercialmente razoáveis para a defesa

dos ativos onerados no Contrato de Cessão Fiduciária, contra quaisquer procedimentos judiciais ou administrativos que venham a ser propostos por terceiros;

- (bb) no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da respectiva solicitação, seguindo os critérios de razoabilidade e de boa-fé, fornecer ao Agente Fiduciário todas as informações e comprovações por este requeridas, acerca das obrigações garantidas pelas Garantias ("Obrigações Garantidas"), incluindo, mas não limitando-se aos Direitos Creditórios e as Ações Empenhadas, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária e do Contrato de Penhor, respectivamente, de sorte a permitir que o Agente Fiduciário execute todas as disposições do Contrato de Cessão Fiduciária e do Contrato de Penhor;
- (cc) praticar quaisquer atos e assinar quaisquer documentos que sejam necessários para a manutenção das Obrigações Garantidas, obrigando-se, inclusive, mas não somente, a defender, de forma tempestiva e eficaz, todos os direitos dos Debenturistas sobre as Obrigações Garantidas, incluindo, mas não limitando-se aos Direitos Creditórios, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária, e as Ações Empenhadas, nos termos do Contrato de Penhor, contra quaisquer processos administrativos ou judiciais que venham a ser propostos por terceiros e que possam, de qualquer forma, afetar de maneira adversa as Obrigações Garantidas; e
- (dd) (i) observar o dever de sigilo e das vedações à negociação (ii) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de fato relevante, comunicando imediatamente ao intermediário líder da Oferta, nos termos da Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada, e da Instrução CVM 476/09; e (iii) fornecer informações solicitadas pela CVM.

5.2. A Emissora obriga-se a, dentro do prazo previsto na Cláusula 3.26.2.1 acima, assinar os Contratos de Garantia e o Contrato de Compartilhamento de Garantias e fazer com que a Instituição Financeira também assine os Contratos de Garantia e o Contrato de Compartilhamento de Garantias.

5.3. Todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos titulares de Debêntures deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos titulares de Debêntures e posteriormente ressarcidas pela Emissora, mediante a apresentação da respectiva nota fiscal. Tais despesas a serem adiantadas pelos titulares de Debêntures incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações propostas pelo Agente Fiduciário, enquanto representante dos titulares de Debêntures.



## **CLÁUSULA VI**

### **AGENTE FIDUCIÁRIO**

#### **6.1. Nomeação**

6.1.1 A Emissora constitui e nomeia a SLW Corretora de Valores e Câmbio Ltda., acima qualificada, como o Agente Fiduciário dos Debenturistas da Emissão, o qual, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da Escritura, representar perante a Emissora os titulares das Debêntures.

6.1.2 O exercício permanente da função de Agente Fiduciário é privativo das pessoas indicadas no artigo 7º da Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983 ("Instrução CVM 28").

#### **6.2. Substituição**

6.2.1. Nas hipóteses de ausência, impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso de vacância, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do evento que a determinar, AGD para a escolha do novo Agente Fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação, ou pela CVM.

6.2.2. Se a convocação da AGD a que se refere a Cláusula 6.2.1 acima não ocorrer em até 8 (oito) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar a convocação, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário.

6.2.3. A remuneração do novo agente fiduciário será definida na própria AGD que o escolher, observado o disposto na Cláusula 6.2.7. abaixo.

6.2.4. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas, pedindo sua substituição.

6.2.5. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento da distribuição das Debêntures no mercado, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em AGD especialmente convocada para esse fim.

6.2.6. A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM 28, e eventuais normas posteriores.

6.2.7. O agente fiduciário substituto fará jus à mesma remuneração percebida pelo anterior, caso a AGD não delibere sobre a matéria, observado que (i) o eventual substituto não poderá, receber remuneração superior ao seu antecessor, a não ser que aprovado pela

Emissora; e (ii) a primeira parcela devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de suas funções como agente fiduciário.

6.2.8. A substituição do Agente Fiduciário deverá ser operada por meio de aditamento à presente Escritura, aditamento este que deverá ser arquivado na JUCESP.

6.2.9. O Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data da lavratura da Escritura e o novo agente fiduciário a partir de eventual aditamento em que for nomeado como substituto para exercer a função, devendo permanecer no exercício de suas funções até sua efetiva substituição.

6.2.10. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos emanados da CVM.

### **6.3. Deveres**

6.3.1. Além de outros previstos em lei, ou em ato normativo da CVM, e na presente Escritura, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- a) responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;
- b) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, aplicando no exercício da função o cuidado e a diligência que toda pessoa ativa e proba costuma empregar na administração de seus próprios negócios;
- c) renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra circunstância que lhe impeça o exercício da função;
- d) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- e) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento, ficando ressalvado que o Agente Fiduciário não é obrigado a atestar a veracidade de informações contidas em deliberações societárias e documentos relativos à administração da Emissora ou, ainda, em qualquer documento ou registro que considere autêntico e que tenha sido, ou seja, encaminhado pela Emissora, ou por seus colaboradores. Adicionalmente, o Agente Fiduciário não será, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração de documentos societários da Emissora, que deverão ser elaborados pela Emissora, nos termos da legislação aplicável;
- f) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, o arquivamento desta Escritura e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes; neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos

necessários;

- g) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões, inconsistências ou inverdades constantes de tais informações;
- h) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- i) solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas perante órgãos e entidades públicas e ofícios de registros públicos;
- j) solicitar, quando considerar necessário, e desde que permitido pela legislação aplicável, auditoria extraordinária na Emissora;
- k) convocar, quando necessário e às expensas da Emissora, as AGD, respeitando-se as regras relacionadas à convocação da AGD, bem como à publicação constantes da Lei das S.A. e desta Escritura, devendo ser a Emissora notificada desta convocação concomitantemente;
- l) comparecer à AGD, conforme o caso, a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- m) elaborar relatório destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo 1º, alínea "b", da Lei das S.A., o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:
  - (i) eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na prestação obrigatória de informações pela Emissora;
  - (ii) alterações estatutárias ocorridas no período;
  - (iii) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e a estrutura de capital da Emissora;
  - (iv) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
  - (v) amortização e pagamento de juros das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
  - (vi) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da Emissão de Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;

- (vii) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura, inclusive quanto à manutenção dos índices financeiros previstos na Cláusula 4.1 "r" acima;
- (viii) cumprimento das demais obrigações assumidas pela Emissora;
- (ix) relação dos bens e valores entregues à sua administração; e
- (x) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário.
- n) disponibilizar exemplar do relatório de que trata a alínea anterior aos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses, a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:
- (i) na sede da Emissora e na página da rede mundial de computadores pertinente;
- (ii) no local indicado pelo Agente Fiduciário;
- (iii) na CETIP;
- (iv) na CVM; e
- (v) na instituição intermediária líder da Oferta.
- o) publicar, às expensas da Emissora, no órgão da imprensa estabelecido na Cláusula 3.23 desta Escritura, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra a sua disposição nos locais indicados na alínea "n" acima;
- p) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora, ao Escriturador e à CETIP;
- q) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer;
- r) verificar o cumprimento dos índices financeiros previstos na Cláusula 4.1 "r", acima, apurados pela Emissora;
- s) encaminhar à Emissora, cópia da versão final e assinada do Contrato de Compartilhamento de Garantias, bem como de seus eventuais aditivos, em até 2 (dois) dias úteis contados de sua respectiva assinatura;
- t) notificar os Debenturistas, por edital e, se possível, individualmente, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada:

(i) à CVM; e

(ii) à CETIP;

- u) verificar a regularidade da constituição das Garantias;
- v) nos termos do Contrato de Compartilhamento de Garantias, notificar os Debenturistas, com cópia para a Instituição Financeira, da ocorrência de um Evento de Inadimplemento, nos termos da Cláusula 4.1 acima;
- w) realizar todas as demais notificações que forem exigidas nos termos do Contrato de Compartilhamento de Garantias;
- x) notificar a Companhia imediatamente, em caso de não pagamento de qualquer obrigação pecuniária relacionada à Remuneração e/ou ao Principal das Debêntures. Adicionalmente, o Agente Fiduciário deverá notificar a Companhia nos casos de ocorrência de Eventos de Inadimplemento no prazo de 2 (dois) dias contados a partir da data em que o Agente Fiduciário tiver conhecimento do fato.

#### **6.4. Atribuições Específicas**

6.4.1 O Agente Fiduciário utilizará de quaisquer processos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses dos Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora:

- (a) declarar, observadas as condições da Escritura, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios;
- (b) em caso de vencimento antecipado ou falha no pagamento, no seu termo final, das obrigações previstas nesta Escritura, executar garantias reais, aplicando o produto no pagamento, integral ou proporcional, dos debenturistas;
- (c) tomar toda e qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas;
- (d) requerer a falência da Emissora; e
- (e) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, intervenção ou liquidação extrajudicial da Emissora.

6.4.2 O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas da Cláusula anterior se, convocada a AGD, esta assim o autorizar pelo *quorum* de aprovação de Debenturistas que representem 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação, bastando, porém, a deliberação da maioria das

Debêntures em Circulação quando tal hipótese se referir ao disposto na alínea "e" da mesma Cláusula.

6.4.3 O Agente Fiduciário responde perante os Debenturistas pelos prejuízos que lhes causar por culpa ou dolo no exercício de suas funções.

## **6.5. Remuneração do Agente Fiduciário**

6.5.1 Será devida ao Agente Fiduciário ou à instituição que vier a substituí-lo nesta qualidade, a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura, uma remuneração anual, no valor de R\$25.000,00 (vinte e cinco mil reais) ("Parcela Anual"), que será devida anualmente até que as Debêntures tenham sido integralmente quitadas ou resgatadas, a ser paga da seguinte forma:

- (a) a primeira Parcela Anual será devida no 5º(quinto) dia após a integralização das debêntures, e as demais Parcelas Anuais, nas mesmas datas dos anos subsequentes, até que as Debêntures tenham sido integralmente quitadas ou resgatadas;
- (b) as Parcelas Anuais serão atualizadas, na menor periodicidade admitida em lei, pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, apurado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, ou, na sua falta, pelo índice que vier a substituí-lo, de modo que o valor da Parcela Anual será corrigido anualmente desde a data de pagamento da primeira Parcela Anual até a data de pagamento de cada Parcela Anual seguinte, sendo calculado pro-rata dia, se necessário;
- (c) a remuneração ora prevista será devida mesmo após o vencimento das Debêntures quando tratar-se de adoção, pelo Agente Fiduciário, dos procedimentos elencados em lei ou na presente Escritura, como configuradores de vencimento antecipado;
- (d) as Parcelas Anuais serão acrescidas dos seguintes impostos: Imposto sobre Serviços - ISS, Programa de Integração Social - PIS, Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, excetuando-se o Imposto de Renda, nas alíquotas vigentes nas datas de pagamento;
- (e) a Emissora, ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas em que tenha, comprovadamente, incorrido para proteger os direitos e interesses dos debenturistas ou para realizar seus créditos e que tenham sido previamente aprovadas pela Emissora/pelos debenturistas. O ressarcimento a que se refere esta Cláusula será efetuado em até 10 (dez) dias úteis após a entrega à Emissora dos documentos comprobatórios das despesas efetivamente incorridas e necessárias à proteção dos direitos dos titulares das Debêntures. Em caso de inadimplência da

Emissora, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos debenturistas, e posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas a serem adiantadas pelos debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações contra ele propostas no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário na hipótese da Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 60 (sessenta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos debenturistas para cobertura do risco da sucumbência;

- (f) Caso a totalidade das Debêntures seja resgatada integralmente antes do seu vencimento, será devido, na data do resgate integral, o próximo valor subsequente estabelecido na alínea "a" acima; e
- (g) Em caso de inadimplência do pagamento dos honorários do Agente Fiduciário pela Emissora, incidirão os Encargos Moratórios descritos na Cláusula 3.21 desta Escritura.

## **CLÁUSULA VII**

### **ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS**

#### **7.1. Convocação**

7.1.1 Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em AGD, nos termos do artigo 71 da Lei das S.A., a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas.

7.1.2 A AGD pode ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora ou por Debenturistas que representem 20% (vinte por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, conforme definido abaixo, ou pela CVM.

7.1.3 A convocação dar-se-á mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, no jornal "Valor Econômico", respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das S.A., da regulamentação aplicável e desta Escritura.

7.1.4 Aplica-se às AGDs, no que couber, o disposto na Lei das S.A. para a assembleia geral de acionistas.

7.1.5 As AGDs serão convocadas com antecedência mínima de 15 (quinze) dias. A AGD em segunda convocação somente poderá ser realizada em, no mínimo, 8 (oito) dias após a data marcada para a instalação da AGD em primeira convocação.

7.1.6 Independentemente das formalidades previstas na Lei e nesta Escritura, será considerada regular a AGD a que comparecerem os titulares de todas as Debêntures em Circulação.

7.1.7 Nas deliberações da AGD, cada Debênture dará direito a um voto, admitida a constituição de mandatários, Debenturistas ou não. As deliberações serão tomadas pela maioria dos presentes, com exceção das matérias para as quais estiver previsto *quorum* qualificado em lei ou na presente Escritura.

7.1.8 As deliberações tomadas pelos Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os quoruns estabelecidos nesta Escritura, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures em Circulação, independentemente de terem comparecido à AGD ou do voto proferido na respectiva AGD.

7.1.9 Não será admitida na AGD a presença de quaisquer pessoas que não comprovem sua condição de Debenturistas ou seu mandatário, mediante a prévia apresentação de documentos regulares de identificação, societários e procurações. Documentos estrangeiros serão aceitos desde que devidamente consularizados.

## **7.2. Quorum de Instalação**

7.2.1 A AGD se instalará, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em Circulação e em segunda convocação, com qualquer número de Debenturistas.

7.2.2 Exclusivamente para fins da instalação da AGD a que se refere a Cláusula 4.5, o quorum de instalação em primeira convocação será de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação e, em segunda convocação, qualquer número de Debenturistas.

7.2.3 Para efeito da constituição de todos e quaisquer dos quoruns de instalação e/ou deliberação da AGD previstos nesta Escritura, considera-se "Debêntures em Circulação" todas as Debêntures subscritas e integralizadas, excluídas aquelas mantidas em tesouraria pela Emissora e as de titularidade de empresas coligadas à Emissora, controladoras (ou grupo de controle) ou administradores da Emissora ou de controladoras da Emissora (ou grupo de controle), incluindo, mas não se limitando, pessoas direta ou indiretamente relacionadas a qualquer das pessoas anteriormente mencionadas, tais como, cônjuge, companheiro, ascendentes, descendentes ou colateral até o segundo grau.

7.2.4 Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas AGDs, que poderá participar e discutir os assuntos levados à deliberação, desde que sem prejudicar a dinâmica dos trabalhos.



### **7.3. Mesa Diretora**

7.3.1 A presidência da AGD caberá ao Debenturista eleito no mínimo pela maioria dos titulares das Debêntures presentes à AGD ou àquele que for designado pela CVM.

7.3.2 O Agente Fiduciário deverá comparecer à AGD e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

### **7.4. Quorum de Deliberação**

7.4.1. Nas deliberações das AGD, a cada Debênture caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Observado o disposto nesta Cláusula, as alterações nas características e condições das Debêntures e da Emissão, bem como a deliberação objeto da Cláusula 4.5 acima, deverão ser aprovadas por Debenturistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, observado que alterações na Remuneração, nas condições de prazo, amortização e espécie das Debêntures, nas cláusulas de vencimento antecipado, bem como alterações a qualquer *quorum* de deliberação previsto nesta Escritura, exceto o quorum previsto na Cláusula 6.4.2 acima, que só poderá ser alterado por unanimidade, deverão contar com a aprovação de Debenturistas representando 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação.

7.4.2. As alterações das disposições estabelecidas nesta Cláusula 7.4 deverão ser aprovadas, seja em primeira convocação da AGD, seja em qualquer outra subsequente, por Debenturistas que representem 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação.

## **CLÁUSULA VIII DECLARAÇÕES E GARANTIAS**

### **8.1. Declarações e Garantias do Agente Fiduciário**

8.1.1 O Agente Fiduciário declara e garante à Emissora, na data da assinatura desta Escritura, que:

- (a) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (b) não tem qualquer impedimento legal, sob as penas da lei, conforme artigo 66, parágrafo 3º, da Lei das S.A., e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares, para exercer a função que lhe é conferida;
- (c) aceita a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;

- (d) a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (e) esta Escritura contém obrigações válidas e vinculantes do Agente Fiduciário, exigíveis de acordo com os seus termos e condições;
- (f) é uma instituição financeira devidamente organizada, constituída e existente de acordo com as leis brasileiras;
- (g) os representantes legais que assinam esta Escritura têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- (h) não exerce a função de agente fiduciário de debêntures de emissão da Emissora, ou em sociedade coligada, controlada, controladora da Emissora ou integrante do mesmo grupo, exceto com relação às Debêntures da presente Emissão;
- (i) não tem qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer, plenamente, suas funções;
- (j) verificou o atendimento do limite de emissão, nos termos do artigo 60 da Lei das S.A. para a emissão de debêntures da espécie quirografária;
- (k) aceita integralmente todas as suas cláusulas e condições da Escritura; e
- (l) está ciente da regulamentação aplicável às Debêntures e à Emissão, emanada da CVM, do Banco Central do Brasil e demais autoridades e órgãos competentes.

## **8.2. Declarações e Garantias da Emissora**

8.2.1 A Emissora declara e garante ao Agente Fiduciário, na data da assinatura da Escritura, que:

- (a) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura e estará, na data de sua assinatura, devidamente autorizada a celebrar os Contratos de Garantia e a cumprir com todas as obrigações previstas na Escritura e nos Contratos de Garantia, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (b) a celebração desta Escritura, bem como a colocação das Debêntures não infringem e, a celebração dos Contratos de Garantia, este também com relação às Acionistas, não infringirão qualquer disposição legal, ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral, contrato ou instrumento do qual a Emissora ou as Acionistas sejam parte, nem resultarão em: (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos; (ii) criação de qualquer ônus ou gravame sobre qualquer ativo ou bem da Emissora, exceto por aqueles já existentes na presente data ou daqueles previstos nos

Contratos de Garantia; ou (iii) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;

- (c) esta Escritura e as obrigações aqui previstas constituem e, uma vez celebrados, os Contratos de Garantia e as obrigações neles previstos constituirão, obrigações legalmente válidas e vinculantes da Emissora, exigíveis de acordo com os seus termos e condições, com força de título executivo extrajudicial nos termos do artigo 585 do Código de Processo Civil Brasileiro;
- (d) as demonstrações financeiras da Emissora, relativas ao último exercício social encerrado, representam corretamente a posição patrimonial e financeira da Emissora e foram devidamente elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, de forma consistente com práticas passadas;
- (e) a Emissora está cumprindo, em todos os seus aspectos relevantes, as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios;
- (f) não há qualquer ação judicial, processo administrativo ou arbitral, inquérito, que seja de conhecimento da Emissora, cujo prognóstico de resultado possa vir a causar impacto adverso relevante na Emissora ou em sua condição financeira;
- (g) não tem qualquer ligação com o Agente Fiduciário, que o impeça de exercer, plenamente, suas funções com relação a essa Emissão;
- (h) não tem conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções, nos termos da Lei das S.A., e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares;
- (i) é uma sociedade por ações devidamente organizada, com existência válida e em situação regular de acordo com as leis brasileiras, bem como está devidamente autorizada a desempenhar as atividades descritas em seu objeto social bem como possui plenos poderes para conduzir seus negócios;
- (j) esta Escritura constitui, e os Contratos de Garantia, uma vez celebrados, e cada documento a ser entregue nos termos da presente Escritura constituirão, obrigação legal, válida, vinculante e exigível da Emissora e das Acionistas, exequível de acordo com seus termos e condições, exceto que sua execução poderá estar limitada pela Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995 e pelo Contrato de Concessão, por leis relativas à falência, insolvência, recuperação, liquidação ou leis similares afetando a execução de direitos de credores em geral, e tal obrigação não esteja subordinada a qualquer outra dívida da Emissora, que não aquelas que gozem de preferência exclusivamente por força de qualquer exigência prevista em lei;
- (k) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação junto a qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório é

exigido para o cumprimento pela Emissora de suas obrigações nos termos da presente Escritura ou das Debêntures, exceto com relação a anuência da ARTESP (com relação à constituição das Garantias), ou para a realização da Emissão, exceto pelo registro das Debêntures junto ao SDT e ao SND, os quais estarão em pleno vigor e efeito na data de liquidação;

- (l) o balanço patrimonial da Emissora auditado e datado de 30 de setembro de 2010 e as correspondentes demonstrações de resultado da Emissora referentes ao referido exercício, apresentam de maneira adequada a situação financeira da Emissora na aludida data e os resultados operacionais da Emissora referentes ao período encerrado em tal data;
- (m) a Emissora está em cumprimento, em seus aspectos relevantes, das leis e regulamentos ambientais a elas aplicáveis, exceto com relação àquelas leis e regulamentos que estejam sendo contestados de boa-fé pela Emissora ou para as quais a Emissora possua provimento jurisdicional vigente autorizando sua não observância;
- (n) a Emissora tem todas as autorizações e licenças relevantes exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades e implementação da Concessão na fase em que se encontrar, ou sua obtenção encontra-se em regular tramitação perante as autoridades competentes, sendo que até a presente data a Emissora não foi notificada acerca da revogação de qualquer delas ou da existência de processo administrativo que tenha por objeto a revogação, suspensão ou cancelamento de qualquer delas;
- (o) os seus representantes legais que assinam esta Escritura têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- (p) não omitiu, nenhum fato, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar em alteração substancial na situação econômico-financeira ou jurídica da Emissora em prejuízo dos Debenturistas;
- (q) a Emissora preparou e entregou todas as declarações de tributos, relatórios e outras informações que, de acordo com o conhecimento da Emissora devem ser apresentadas, ou recebeu dilação dos prazos para apresentação destas declarações; todas as taxas, impostos e demais tributos e encargos governamentais devidos de qualquer forma pela Emissora, ou, ainda, impostas a ela ou a quaisquer de seus bens, direitos, propriedades ou ativos, ou relativo aos seus negócios, resultados e lucros foram integralmente pagos quando devidos, exceto os tributos ou encargos que estão sendo contestados de boa fé e por meio de procedimentos apropriados, iniciados e conduzidos com diligência e em relação aos quais existem reservas ou outras provisões apropriadas, exceto os tributos, encargos governamentais e outras contribuições cuja falta de pagamento não causaria um impacto adverso relevante;

- (r) cumprirá todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura;
- (s) a Emissora possui, nesta data, e possuirá, na data em que os Contratos de Garantia forem celebrados, pleno poder, autoridade e capacidade para celebrar os Contratos de Garantia e possui, nesta data, e possuirá, na data em que os Contratos de Garantia forem celebrados, todas as autorizações societárias e demais autorizações necessárias para a constituição das Garantias, exceto pela anuência da ARTESP para a constituição das Garantias;
- (t) responsabiliza-se pela existência e correta formalização das Ações Empenhadas e dos direitos cedidos em garantia nos termos do Contrato de Penhor e do Contrato de Cessão Fiduciária, respectivamente.

#### **CLÁUSULA IX COMUNICAÇÕES**

9.1. Exceto se de outra forma prevista nesta Escritura, as comunicações a serem enviadas por qualquer uma das Partes deverão ser encaminhadas para endereços constantes na Cláusula 9.2 abaixo.

9.2. As comunicações a serem enviadas por qualquer das partes nos termos desta Escritura, se feitas por fac-símile ou correio eletrônico, serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente), devendo os respectivos originais serem encaminhados até 5 (cinco) dias úteis após o envio da mensagem; se feitas por correspondência, as comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pelos Correios ou por telegrama, nos endereços constantes da qualificação a seguir:

(a) Para a Emissora:

**Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.**

Av. Getúlio Vargas 20-59

Bairro Jardim Europa, CEP 17017-383 – Bauru - SP

At.: Sr. Ricardo Schittini Duarte e Sr. Damião Carlos Moreno Tavares

Tel.: (14) 3014-2300

Fax: (14) 3014-2323

E-mails: damião@invepar.com.br ou ricardo@cart.invepar.com.br

(b) Para o Agente Fiduciário:

**SLW Corretora de Valores e Câmbio Ltda.**

Rua Dr. Renato Paes de Barros, 717, 6º e 10º andares, CEP 04530-001 São Paulo - SP

At.: Gregoli Pedroso Tasso

Tel: (11) 3048-9915/ 3048-9763

Fax: (11) 3040-9910

E-mail: gregoli@slw.com.br

(c) Para o Escriturador:

**Banco Bradesco S.A.**

Cidade de Deus, s/n, Pr. Amarelo -2º andar – Vila Yara

CEP 06029-900 – Osasco – SP

At.: João Batista de Souza/Fábio da Cruz Tomo

Telefone: (11) 3864-7911 – 3684-2852

e-mail: 4010.jbsouza@bradesco.com.br / 4010.custodiarf@bradesco.com.br /

4010.tomo@bradesco.com.br

Internet: www.bradesco.com.br

(d) Para a CETIP:

**CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos**

Av. República do Chile, nº 230 - 11º andar

CEP 20031-170 - Rio de Janeiro, RJ

Tel: (21) 2276-7474

Fax: (21) 2252-4308/2262-5481

ou

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1.663 - 4º andar

CEP 01452-001 – São Paulo - SP

At.: Gerência de Valores Mobiliários

Tel: (11) 3111-1596

Fax: (11) 3111-1564

e-mail: gr.debentures@cetip.com.br

9.3. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada à outra parte pela parte que tiver seu endereço alterado, em até 2 (dois) dias úteis contados da sua ocorrência.

9.4. Eventuais prejuízos decorrentes da não observância do disposto na Cláusula 9.2. acima serão arcados pela parte inadimplente.

9.5. As notificações de inadimplemento dispostas na Cláusula IV desta Escritura não poderão ser realizadas por meio eletrônico ou fac-símile, devendo ser entregues em mãos, sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pelo correio.



**CLÁUSULA XI**  
**CUSTOS DE REGISTRO**

10.1. Todos e quaisquer custos incorridos em razão do registro desta Escritura e seus eventuais aditamentos, e dos atos societários relacionados à esta Emissão, nos registros competentes, serão de responsabilidade exclusiva da Emissora.

**CLÁUSULA XI**  
**DISPOSIÇÕES GERAIS**

11.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura. Nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito ou faculdade que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará o exercício de tal direito ou faculdade, ou será interpretado como constituindo uma renúncia ao mesmo ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

11.1.1. Caso qualquer das disposições desta Escritura venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as partes, em boa-fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

11.2. A presente Escritura e as Debêntures constituem título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 585, incisos I e II do Código de Processo Civil, e as obrigações nela contidas estão sujeitas à execução específica, de acordo com os artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil.

11.3. Esta Escritura é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

11.4. Fica eleito o Foro da Comarca do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura e para a execução das obrigações de pagamento previstas nesta Escritura, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Estando assim, as partes, certas e ajustadas, firmam o presente instrumento, em 3 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também o assinam.

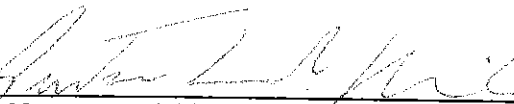
São Paulo, 10 de janeiro de 2011.  
(assinaturas na próxima página)


8



*Página de Assinatura da Escritura Particular da Primeira Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária com Garantia Adicional Real, em Regime de garantia firme de colocação, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.*

**CONCESSIONÁRIA AUTO RAPOSO TAVARES S.A.**

  
Nome: GUSTAVO NUNES DA SILVA ROCHA  
Cargo: PROCURADOR

  
Nome: MARCOS ROBERTO MENDES MARTINS DA COSTA  
Cargo: PROCURADOR

*Página de Assinatura da Escritura Particular da Primeira Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Real, em Série Única, em Regime de garantia firme de colocação, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.*

**SLW CORRETORA DE VALORES E CÂMBIO LTDA.**

Nome:

Cargo:

Gregoli Pedrosa Tasso  
Depto. Agente Fiduciário  
SLWCVC LTDA.

*Página de Assinatura da Escritura Particular da Primeira Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Real, em Série Única, em Regime de garantia firme de colocação, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.*

**Testemunhas**

*Indira Hashimoto Hacedo*

Nome: INDIRA HASHIMOTO HACEDO

CPF: 088 181 847-82

*Guilherme K. Yimado*

Nome: GUILHERME K. YIMADO

CPF: 533838840-0

